

ENTRE NARRATIVAS E LUTAS: A OCUPAÇÃO DO MST NA USINA SÃO JOÃO SOB A ÓTICA DA IMPRENSA CAMPISTA (1997)

Between Narratives and struggles: The MST occupation of the São João Plant from the perspective of the camper press(1997)

Roberto Medeiros da Costa Junior*
UNIRIO

Resumo

Este estudo investiga a cobertura jornalística sobre a ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Usina São João, em Campos dos Goytacazes (RJ), no mês de abril de 1997, através de análise comparativa dos jornais locais, "Monitor Campista", "A Notícia" e "Folha da Manhã". O objetivo principal é compreender como a imprensa tratou a ocupação, as reivindicações do MST e as estratégias discursivas adotadas, refletindo as divisões ideológicas da época. A pesquisa adota uma abordagem mensal das publicações dos jornais, utilizando como corpus documental as edições dos três jornais, provenientes de pesquisas no Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes. A análise deste episódio, emblemático das lutas sociais no Brasil, demonstra como os meios de comunicação tem a possibilidade de moldar a memória histórica e a compreensão pública de eventos, enfatizando a importância de uma mídia plural e ética no tratamento de questões sensíveis, como a reforma agrária, para fortalecer a democracia e a justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Campos dos Goytacazes. Jornal. Ocupação. MST. Reforma Agrária.

Abstract

This study investigates the journalistic coverage of the occupation of the Landless Workers Movement (MST) at Usina São João, in Campos dos Goytacazes (RJ), in April 1997, through comparative analysis of local newspapers, "Monitor Campista", "A Notícia" and "Folha da Manhã". The main objective is to understand how the press treated the MST's demands and the discursive strategies adopted, reflecting the ideological divisions of the time. The research adopts a monthly approach to newspaper publications, using as a documentary corpus the editions of the three newspapers, originating from research in the Municipal Public Archive of Campos dos Goytacazes. The analysis of this episode, emblematic of social struggles in Brazil, demonstrates how the media has the possibility of shaping historical memory and public understanding of events, emphasizing the importance of plural and ethical media in dealing with sensitive issues, such as agrarian reform, to strengthen democracy and social justice.

KEYWORDS: Campos dos Goytacazes. Newspaper. Occupation. MST. Agrarian Reform.

Introdução

A ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Usina São João, em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, em abril de 1997, foi um episódio de grande relevância nas lutas pela reforma agrária no Brasil. Esse evento, ocorrido em um contexto de intensificação dos conflitos agrários na região Norte Fluminense durante a década de 1990, não apenas representou um marco significativo para o MST, fundado nacionalmente em 1984, mas também gerou ampla repercussão na mídia local, influenciando a percepção pública sobre a questão agrária e os movimentos sociais na região e país.

Campos dos Goytacazes está localizada no Norte Fluminense e esta é a região que concentra latifúndios e grande número de trabalhadores rurais do estado. Com denúncias de trabalhos análogos à escravidão nas usinas canaveiras e o poder secular dos latifundiários da cana de açúcar marcando a economia açucareira e a política local, o movimento pôs em questão esta tradição (ALENTEJANO, 2011, p. 32). A cobertura jornalística foi caracterizada por uma diversidade de abordagens, com diferentes interpretações sobre a ocupação, o movimento e suas reivindicações. Os jornais *Monitor Campista*, *A Notícia* e *Folha da Manhã*, cada um com suas orientações editoriais, desempenharam funções fundamentais na construção da opinião pública sobre o ocorrido, contribuindo para a formação de narrativas divergentes em relação ao MST e suas ações por reforma agrária.

Neste trabalho, propomos uma análise comparativa da ocupação e da repercussão após a ocupação durante o mês de abril nos três jornais supracitados. Fundamentada na história comparada, nos baseamos na importância da construção de significados, entendido como o processo de atribuição de valor e sentido a eventos históricos (FEBVRE, 1997). E na abordagem da construção da memória coletiva, quando há uma atividade que foi vivida por uma pessoa e que diz respeito a uma comunidade, ou grupo, essa lembrança vai se tornando um patrimônio daquela comunidade (HALBWACHS, 2013, p. 34). A imprensa de Campos dos Goytacazes teve seu primeiro jornal impresso na cidade em 1830 (Feydit, 2022, p. 392), datando longa tradição, e nosso objetivo é compreender as diferentes representações do MST e da ocupação na Usina São João, com base na análise do discurso, onde os discursos não apenas informam, mas envolvem relações de poder e constroem verdades, marginalizando outras (FOUCAULT, 1996, p. 9).

Analisaremos como os jornais, ao reportarem sobre o MST, não só informavam, mas moldavam e contestavam narrativas sobre a ocupação, refletindo disputas ideológicas e políticas. Para a coleta das fontes, visitamos o Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, observando os jornais e seus recortes. Com essa abordagem, observaremos como cada jornal tratou o mesmo evento de forma distinta, refletindo as forças sociais e políticas em jogo. O uso das ferramentas teóricas e documentais permitiu identificar as

representações do MST e como a imprensa contribuiu para a construção de significados sobre os conflitos agrários e os movimentos sociais em diferentes contextos históricos.

A ocupação noticiada pelo Monitor Campista

Sendo o terceiro mais antigo jornal em circulação ininterrupta do país no período de recorte da pesquisa, o Monitor Campista foi fundado por José Gomes da Fonseca Parahyba, em 4 de janeiro de 1834, com o nome de “Campista” (FEYDIT, 2022, p. 393). Um de seus mais importantes colaboradores e sócio, o jornalista Francisco José Alypio, foi assassinado em 21 de dezembro de 1834, “vitimado pela prática do direito de opinião, numa terra eivada por fazendeiros e latifundiários altamente radicais com relação ao uso dos escravos como um bem (deles) de produção capitalista” (SOARES, 2005, p. 169).

O Monitor Campista foi encerrado em 15 de novembro de 2009 por motivos econômicos, com seus proprietários, “Os Diários Associados”, encontrando-se endividados. No início dos anos 2000, a Prefeitura de Campos interrompeu as publicações no jornal de edições do Diário Oficial, o que ocorria a cerca de 100 anos e influenciou para o declínio do jornal. Aproximadamente 40 pessoas, entre jornalistas e funcionários de outras áreas, perderam o emprego. Diversas entidades criticaram o fechamento de um documento que consideravam um patrimônio histórico da cidade de Campos, como a Associação de Imprensa Campista (AIC). Atualmente, existem campanhas pela volta do Monitor Campista, enquanto o Arquivo Público Municipal de Campos cuida de sua restauração e o disponibiliza para consultas e pesquisas.

Na publicação de 13 e 14 de abril, a atuação camponesa foi atribuída como uma ocupação pacífica de 200 famílias vinculadas ao movimento em uma área de oito mil hectares de terra de propriedade da falida Usina São João, por volta de meia noite e meia. O Monitor Campista apresentou o ato ocorrido como uma “ocupação” sem nenhum incidente e realizado pelo próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em articulação com o Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindpetro-NF). Segundo o jornal, entre os objetivos da ocupação, seria reivindicar através de pressão ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela assinatura da desapropriação das terras da Usina São João, “processo que está engavetado em Brasília há quase um ano” (Monitor Campista, 1997a, p. 1) por conta de dívidas trabalhistas da indústria açucareira.

Sobre a dívida da falida usina que seria de R\$ 1,5 milhão, o jornal afirmou que o caso houve por causa do não pagamento de indenização aos 3 mil trabalhadores demitidos e os que ficaram sem salários e direitos trabalhistas. Além deste ponto, o Monitor Campista ressaltou que até o final de semana seguinte, cerca de 1,5 mil famílias de outros municípios cadastradas pelo MST, se juntariam à ocupação que contava com famílias vindas de Macaé,

Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabú e de Campos (MONITOR CAMPISTA, 1997b, p. 4). Afirmando que em Campos estariam lideranças nacionais do MST, como o Coordenador Nacional do MST, Francisco Lan, a articulação para a ocupação teria sido iniciada em janeiro.

Monitor trouxe à tona de que na semana seguinte, representantes do movimento estariam com uma comissão participando de uma audiência com o governador Marcello Alencar e representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Nesta linha, o grupo acamparia no Largo São Francisco, no Rio de Janeiro, para pressionar Marcello Alencar para intervir em favor da ocupação.

Na publicação de 15 de abril, a ocupação concentraria 530 famílias na área da falida Usina São João, enquanto o movimento esperava contar com 2,5 mil famílias. A prioridade inicial para os líderes do movimento seria conseguir da Prefeitura de Campos, a construção de um barracão para que as crianças pudessem estudar ou transporte gratuito para elas irem à escola. O Monitor revelou que coordenadores do MST que estavam em Campos foram procurados por seis ex-funcionários da Usina, pedindo para se juntar ao movimento e foram aceitos (MONITOR CAMPISTA, 1997c, p. 1).

Em breve depoimento colhido pelo jornal, segundo Paulo César da Silva, do MST, no momento, o movimento aguardava um contato com o Incra, e pretendiam inicialmente fazer uma horta para cultivar pequenos alimentos para o sustento. Com relação ao apoio público, o Monitor Campista concluiu que “a comunidade parece que também está prestando solidariedade ao movimento, enviando alimentos conseguidos através de associações de moradores” (MONITOR CAMPISTA, 1997d, p. 3).

Por outro lado, esta publicação trouxe o encontro do prefeito Anthony Garotinho com lideranças do MST, representados por Marina dos Santos, que vieram de diversas localidades da cidade. A representante e um grupo de lavradores em encontro com a prefeitura, foram recebidos pelo prefeito, Anthony Garotinho, o vice-prefeito, Arnaldo Viana, e a Secretária de Promoção Social, Jane Nunes, além de assessores. A prefeitura garantiu o apoio e o envio de equipes de saúde com médicos ao local para uma ação preventiva em massa. E esclareceu que o Incra deveria negociar com os sem-terra, fazendo-se somente parceira para ajuda-los durante esta fase de preparação da área, afirmando que a terra ocupada era improdutiva e sua disposição para mediar encontro com o Superintendente do Incra, Fernando Scott.

O Monitor Campista nesta publicação após a palavra do prefeito enfatizou projetos da prefeitura para os sem-terra. A prefeitura prometeu para a semana seguinte um mutirão de vacinação a todos os integrantes do grupo de acampados, com a visita de equipes da Secretaria Municipal de Saúde. A Ação Integrada da Área Social estaria no local durante esta semana, promovendo assistência às mães e crianças, com cortes de cabelo e consulta

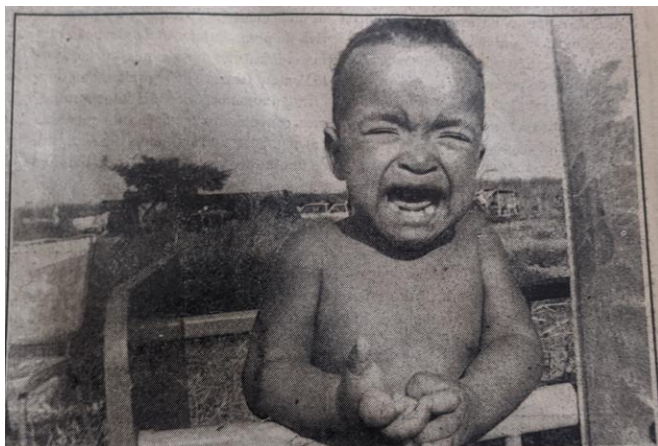
médica. Através da Secretaria Municipal de Educação, seria enviada uma supervisora para avaliar a necessidade de aulas para crianças da 1ª a 4ª série e alfabetização. Além disto, atendendo a um pedido dos sem-terra, o prefeito ampliaria o horário dos ônibus que serviam a localidade. Um dos principais projetos da prefeitura, o “Pequeno Produz”, seria assistido aos sem-terra, com máquinas agrícolas de preparação do solo e atenção de técnicos aos pequenos produtores, incentivando o plantio no local onde estavam vivendo (MONITOR CAMPISTA, 1997e, p. 5).

Nos dias seguintes ao encontro da prefeitura com representantes do movimento, o jornal traria a sequência de resultados judiciais acerca da ocupação. Em 17 de abril, o Monitor noticiou a determinação da desocupação da área pelo judiciário, e também a posição do Incra. A determinação do juiz Carlos Azeredo Araújo concedeu liminar aos donos da usina, alegando que as terras são particulares e não foram desapropriadas pelo Incra (Monitor Campista, 1997f, p. 1). Nesta mesma página, o jornal traria uma notícia chamada “Posição do INCRA”, onde o Super Intendente do Incra, Fernando Scott, foi brevemente entrevistado sobre a situação, “com a falência documentada em cartório e as dívidas sociais com trabalhadores. A conclusão foi de que ela deveria ser alvo da reforma. Mas o Incra-Brasília é que dará a palavra sobre o assunto”(MONITOR CAMPISTA, 1997g, p. 3).

No dia seguinte, o jornal apresentou nova reportagem onde se manteve a determinação. Atendendo ao pedido do proprietário da fazenda, Ignácio Martins, a determinação do juiz da 3ª Vara Cível de Campos, Carlos Azeredo Araújo, manteve a decisão de que as 530 famílias teriam que desocupar o local, negando os recursos perpetrados, com o caso tornando-se competência do TSE (MONITOR CAMPISTA, 1997h, p. 1).

Os vereadores Antônio Carlos Rangel (PT) e Elizabeth Couto (PDT) tentaram em vão uma audiência com o juiz para pedir a suspensão da medida, principalmente porque esta decisão tornava o clima tenso no acampamento, que era acompanhado por três carros da Polícia Militar, com cerca de 16 soldados. Com a previsão do MST de aumento do número de famílias até 2,5 mil nos dias seguintes, estes soldados estavam incumbidos de não deixar famílias juntarem-se a ocupação, e também impediram outras pessoas de ir ao acampamento, como José Francisco, presidente do Centro Norte-Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), denunciou o jornal (MONITOR CAMPISTA, 1997i, p. 3). Neste contexto, com a decisão, o Monitor Campista trouxe em sua capa uma foto revelando o contexto da disputa:

Figura 1 – “O choro desta criança, no acampamento, reflete o drama dos sem terra de Campos”.



Fonte: Monitor Campista (1997h, p. 1).

No dia 19 o jornal trouxe em sua capa a notícia de que a Juíza Marly Macedônio França, suspendeu o efeito da liminar que havia determinado a desocupação. A matéria trazia que as 785 famílias ocupantes dos 8 mil hectares de terra desde sábado, poderiam continuar no local, com o despacho afirmando que o Incra esclarecesse o que seria feito para regularizar a situação (MONITOR CAMPISTA, 1997j, p. 1).

Aprofundando o ocorrido com meia página destinada para matéria, o jornal descreveu que o agravo de instrumento pedindo a suspensão da liminar foi impetrado pelo defensor público Marco Aurélio Bezerra de Melo, do Núcleo de Terras e Habitação do Estado (MONITOR CAMPISTA, 1997l, p. 3). Ainda sobre a decisão, Monitor afirmou que esta representou a primeira vitória no âmbito da justiça para o MST, que após horas de indefinição, comemorou a suspensão. Importante afirmar que o agravo de instrumento foi publicado diretamente na matéria do jornal, trazendo o despacho do Defensor Público.

Nestas horas de indefinição, pela manhã, quatro integrantes do MST foram presos: Edilson Quintanilha, Celso “Querozema”, Paulo César “Boiadeiro” e Nadir Silvano. Detidos pelo Capitão Leal e conduzidos a 134ª DP. A alegação policial inicial foi o porte de um facão, que no caso era usada para trabalho. E no caso de uma justificativa mais convincente, foi afirmado que não havia nota fiscal, o que prontamente foi considerado arbitrariedade e abuso de autoridade pelo advogado presente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, e realizou a liberação dos sem-terra.

Mesmo com a arbitrariedade e liberação, o grupo da Polícia Militar manteve-se na entrada do acampamento continuando com a revista, porém permitindo a entrada e saída de pessoas. Para Francisco Lan, a meta de colocar 2,5 mil famílias de sem-terra ficou comprometida, por outro lado, afirmou ao jornal que mesmo com a suspensão da liminar, as famílias não iriam sair do local. Esta matéria também trouxe a palavra do presidente do Instituto de Terras e Cartografias do Estado, Sebastião Paixão, órgão vinculado à Secretaria

de Justiça e Interior. Este, por meio do entrosamento entre governos federal, estadual e municipal, “nós queremos uma reforma agrária baseada na lei. Por isso, estamos tentando uma saída civilizada para a questão” (MONITOR CAMPISTA, 1997m, p. 3).

Na publicação referente aos dias 20 e 21 de abril, o Monitor manteve-se próximo aos acontecimentos referentes ao MST e estampou na capa a foto do cotidiano de um acampamento, com a notícia de que os sem-terra receberam trator da prefeitura e começaram a plantar. Neste momento, houve a preparação de uma área para o plantio por homens e mulheres. Seriam plantados melancia, couve, alface, aipim, abóbora e pepino a partir de sementes doadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e com apoio de um agrônomo enviado pela prefeitura (MONITOR CAMPISTA, 1997n, p. 1). A foto registrada por Roberto Menezes na capa do jornal detalha o início e a área do acampamento:

Figura 2 – “Acampados em terras ocupadas, famílias de lavradores vão começar a trabalhar a terra”.



Fonte: Monitor Campista (1997n, p. 1).

O jornal apurou que o início do plantio ocorreu após a suspensão da liminar que determinava a desocupação das terras, o que trouxe um clima mais tranquilo na noite de sexta e madrugada de ontem e apoio da comunidade campista, segundo a matéria. Neste contexto, novas famílias de trabalhadores da usina falida que estavam sem receber há quase um ano, aderiram à ocupação. O jornal trouxe ênfase ao grupo de profissionais da área médica, que visitariam o acampamento no dia 23 de abril de 1997, principalmente para verificar as condições de saúde das famílias, do grande número de crianças e levantamento de possíveis doenças transmissíveis (MONITOR CAMPISTA, 1997o, p. 1).

No dia 23 de abril o jornal traria informações sobre a audiência entre lideranças da ocupação dos sem-terra e o governador Marcello Alencar, acompanhado de representantes do Incra e Iterj (MONITOR CAMPISTA, 1997p, p. 1). O encontro ocorreria principalmente para tratar da agilização do processo de desapropriação da terra, porém o jornal não trouxe o resultado da reunião nos dias seguintes em suas publicações de abril. Na mesma publicação

do dia 23, referente ao MST, houve notícia sobre um encontro entre o prefeito Garotinho e o Bispo Dom Roberto Guimarães, na sede da diocese, para conversar sobre a ocupação do MST.

O jornal, que descreveu as conversas ocorridas no encontro, trouxe a posição de Dom Roberto, que afirmou que se preocupa com o assunto e colocaria a Pastoral da Criança para apoiar o pessoal que está na São João. Observou que seria preciso que a sociedade adotasse uma nova concepção de vida, ampliando a dimensão social para a importância da reforma agrária. Para o prefeito Garotinho, que concordou com o bispo que a reforma agrária tem que ser feita em todo o país, afirmou sobre a ocupação que “cada família vai ter um pedaço de terra onde vai conseguir sobreviver decentemente. É isso que eles precisam e tudo indica que esse processo de assentamento não terá volta” (MONITOR CAMPISTA, 1997q, p. 9).

No final do mês de abril, a última publicação que tocou no tema sobre o MST foi lançada no dia 26. Na capa, o Monitor Campista acomodou espaço para a publicação de uma nota trazendo ênfase às principais entidades de proprietários rurais da região criticando a atuação do MST com o título de “Não à Ocupação” (MONITOR CAMPISTA, 1997r, p. 1). Assinada por entidades como: a Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Campos, Associação Fluminense dos Plantadores de Cana, Cooperativa Fluminense de Abastecedores dos Plantadores de Cana, Cooperativa de Crédito dos Plantadores de Cana do Estado do Rio, Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana do Estado do Rio, Cooperativa dos Produtores de Leite de Campos (COOPERLEITE), Federação das Indústrias do Estado do Rio, Fundação Rural de Campos, Sindicato da Indústria e do Açúcar do Rio de Janeiro do Espírito Santo e o Sindicato Rural de Campos¹, esta nota concluiu o levantamento acerca do Monitor Campista no mês de abril.

¹ “Ainda perplexos, e sob o impacto da agressiva e ousada ação, os produtores rurais da região, por suas entidades abaixo nominadas, a propósito das invasões de terra recentemente ocorridas no Município de Campos pelos chamados componentes do MST, vem a público para, repudiando com a maior veemência, trazer à consideração da comunidade regional os seguintes aspectos: ao combater a invasão, queremos deixar claro que não somos contrários a uma Reforma Agrária feita com atos legais em terras devidamente desapropriadas, sob valor justo e pago aos seus legítimos proprietários. Isto não se aplica a nossa região, que vem sendo desenvolvida com base no esforço de gerações e gerações de homens que há mais de quatro séculos trabalham a terra, gerando o sustento de cada um e a riqueza que construiu nossa comunidade. Nestes quatrocentos anos de atividades agroindustriais, a terra foi dividida de forma mais natural possível de tal modo que hoje predomina expressiva maioria de pequenas propriedades ao lado de reduzido grupo de propriedades maiores das agroindustriais num processo em que a legitimação da posse da terra se fez de forma democrática, autêntica e respeitosa. Face a problemas de várias naturezas, inclusive e principalmente a falta de apoio das autoridades constituídas em seus diversos escalões, os produtores rurais e as agroindustriais da região vem arrostando prolongada crise que tem levado algumas dessas agroindústrias a interromperem suas atividades temporariamente, em busca de saídas adequadas a retomada da produção, como é o caso da Usina São João. É nesse universo verdadeiramente de produção, que aventureiros e oportunistas, em sua maioria de outras regiões apoiados pela insensibilidade de alguns que nunca se preocuparam em ter conhecimento da situação do setor agridem a ordem e a lei em frontal desrespeito ao direito de propriedade. O remédio jurídico está – e assim deve continuar – sendo buscado para bloquear tal invasão, mas até que seja reestabelecido o estado de direito, fica criado o precedente lastimável do

A cobertura da Folha da Manhã sobre a ocupação

O jornal Folha da Manhã circulou pela primeira vez no dia 8 de janeiro de 1978, inovando na região com a utilização do processo off-set e composição em equipamento eletrônico (FOLHA DA MANHÃ, 2020, p. 1). A Folha da Manhã nasceu como uma ideia do jornalista campista, Aluysio Cardoso Barbosa e o projeto foi abraçado um grupo que incluía o radialista e advogado, Andral Tavares, e o jornalista, Pereira Junior, com o objetivo criar um “jornal de grande qualidade, que discutisse temas relevantes para o desenvolvimento econômico e social, alavancando o progresso regional” (FILHO, 2018, p. 1).

Folha da Manhã noticiou a atividade do MST ao ocupar a Usina São João como uma “invasão” de terras em sua capa referente ao dia 13 de abril, com a chamada “MST invade terras em Campos” (FOLHA DA MANHÃ, 1997a, p. 1). Anteriormente ao ocorrido, a Folha já trazia notícias sobre o MST de Campos.

Em uma publicação do dia 3 de abril de 1997, o jornal anunciava em uma coluna de Vitor Menezes que haveria uma exposição em Campos sobre o MST com o olhar do fotógrafo Sebastião Salgado, a voz de Chico Buarque e a narrativa do escritor português José Saramago, através de doações de obras, entre os dias 10 e 17 de abril na Escola Técnica Federal de Campos. Além destes pontos, a coluna traria uma foto e entrevista com a dirigente do MST, Marina dos Santos, apresentando sua trajetória e os objetivos do movimento no município (MENEZES, 1997a, p. 2). No dia 11 de abril, em coluna de Dora Batista complementando sobre o tema houve a presença do jornal na exposição, descrevendo na primeira página do caderno “Folha 2” como foi o primeiro dia ocorrido (BATISTA, 1997, p. 9).

Retomando o dia 13 de abril na interpretação do Folha da Manhã em sua chamada de capa, a atividade ocorreu de forma tranquila e a propriedade já teria sido mapeada pelo movimento para reivindicar a primeira reforma agrária do município, a terceira do Estado. Ainda sobre o movimento, afirmou sobre sua expectativa de mais 1.500 pessoas estarem presentes e apresentou a liderança à frente da organização do ato, Francisco Valença Lan, filho do sindicalista Sebastião Lan, assassinado em junho de 1988 (FOLHA DA MANHÃ, 1997a, p. 1).

Em reportagem aprofundada sobre a ocupação na mesma publicação, a maior preocupação inicialmente seria garantir água potável e alimentação para as crianças, no caso, cerca de 50. Segundo Francisco Lan, que foi ouvido pela reportagem e coordenou o cadastramento das famílias para a ocupação trabalhando sigilosamente desde janeiro,

desrespeito ao direito de terceiros. Hoje é a terra, amanhã a residência e assim fica aberto o caminho ao caos como seria ameaça à organização de nossa sociedade. É deplorando esse estado de coisas que apresentamos à comunidade regional nossa profunda reação, o que deve servir de reflexão e alerta a todas que querem viver de forma equilibrada e respeitosa em paz”.

comentou que os ocupantes das terras seriam trabalhadores desempregados de bairros como Aldeia, Fundão, Santa Rosa e Travessão, além de provenientes de municípios vizinhos, como Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Silva Jardim e Conceição de Macabu. Membro do MST desde 1992, para Lan, a área ocupada foi definida devido a falência da usina, e de todas as 14 ocupações que participou pelo país, nunca observou uma miséria maior que em Campos: “Vimos comunidades que não tinham nada. Companheiros sem alimentos para os filhos e agora vamos lutar para conseguir apoio do prefeito e do governo do estado” (FLORENCIO, 1997a, p. 6).

Neste primeiro momento, a ocupação estava recebendo barracas para montar a estrutura. A coluna informou que Jane Nunes, Secretária de Promoção Social, esteve no local para ouvir as reivindicações e prometeu reunião com o prefeito Anthony Garotinho. Por fim, o jornal comentou sobre a foto na capa da publicação, o caso de Lucelena Souza Pinheiro de 21 anos, a mãe mais nova do acampamento, e a sua filha Roberta de um mês, que “é uma criança forte, que não chora e se alimenta de esperança” (Ibidem, p. 6).

Figura 3 – “A mulher ontem em Campos com um bebê no colo e a bandeira do Movimento dos Sem – Terra (MST)”.



Fonte: Folha da Manhã (1997a, p. 1).

Seguindo esta linha, na publicação de 15 de abril de 1997, em uma chamada de capa de certa forma alarmista, alertando para uma suposta promessa de mais “invasões”, o jornal trouxe a voz de um dos coordenadores da ocupação, Paulo César da Silva. Em matéria detalhada, este alarme seria por declaração de Paulo César afirmando que os 8.052 hectares ocupados não seriam suficientes para atender a demanda de cadastros de 530 famílias, com a previsão deste número de famílias poderia chegar até 2.500. O líder do MST encerrou afirmando que a maioria dos cadastrados estavam trabalhando como boias-frias no corte da cana (FOLHA DA MANHÃ, 1997b, p. 1).

Adão Manhães, um destes trabalhadores, afirmou à coluna que o pagamento era feito de acordo com o metro de cana cortado, e cada metro valeria meio centavo. Com a declaração de Paulo César sobre os critérios da ocupação como a improdutividade da Usina e o não cumprimento da função social, a reportagem especulou que “o próximo alvo do movimento”, seriam as terras da Usina Santa Maria, desativada há anos (Arruda e Florencio, 1997a, p.5). A reportagem procurou o proprietário das terras para dar espaço, Aílton Damas dos Santos, mas não foi encontrado.

Nesta mesma página, uma breve reportagem trouxe relato do encontro entre o Prefeito, Anthony Matheus, e representantes dos sem-terra. Anthony prometeu quanto à educação uma visita do secretário sobre a necessidade de professores de CA e de primeira à quarta série. Com relação ao transporte, prometeu solicitar às linhas de ônibus mais coletivos na proximidade, e anunciou que buscaria estender o programa “Pequeno Produz” com assistência aos pequenos produtores, emprestando inicialmente tratores aos sem-terra (FOLHA DA MANHÃ, 1997c, p. 5).

O encontro entre lideranças do MST e o superintendente do Incra, Fernando Scott, trouxe esperança ao movimento. Houve visita ao acampamento, porém sem nova posição oficial sobre o pedido de reintegração. Esta esperança sofreria tensões com a disputa na justiça, relatada nas seguintes publicações. Na chamada de capa afirmando que o “MST tem hora marcada para sair” da publicação do dia seguinte, seria observada a liminar de reintegração de posse concedida ao proprietário da extinta usina pelo juiz Carlos Azeredo Araújo (Folha da Manhã, 1997d, p. 6). O oficial de justiça, Francisco Montesano Matheus de Oliveira, esteve no acampamento para retirar os ocupantes, como demonstra a foto de Flávio Mota, porém os sem-terra não aceitaram sair do acampamento, e para Lan, ouvido pela reportagem: “quem sou eu ou qualquer líder do movimento para dizer que devemos sair quando o povo todo grita que quer ficar?” (FOLHA DA MANHÃ, 1997e, p. 5).

Figura 4 – “O oficial de justiça, Francisco Montezano Matheus, foi recebido sob vaias dos bóias frias do MST e o clima ficou tenso por alguns instantes”.



Fonte: Folha da Manhã (1997e, p. 5).

Duas publicações depois, em 19 de abril, neste contexto da disputa judicial, foi suspensa a reintegração de posse e abordada na capa do jornal (FOLHA DA MANHÃ, 1997f, p. 1). A juíza Marly França da 3ª Vara Cível de Campos, suspendeu a reintegração de posse e a notícia “provocou uma explosão de alegria no acampamento dos Sem Terra” (Arruda, 1997, p. 6). Além disto, o presidente do Iterj, Sebastião Paixão, foi a Campos de helicóptero somente para entregar a cópia do despacho da Juíza. Por outro lado, em duas reportagens na mesma página, o jornal traria espaço aos ruralistas e empresários da região. O empresário Rafael Martins, um dos intermediadores do arrendamento da usina para o proprietário Ignácio Martins, afirmou que “a São João é produtiva e não pode ficar parada, a volta das atividades seria muito importante para a economia campista, criando milhares de empregos diretos e indiretos” (FOLHA DA MANHÃ, 1997g, p. 6).

Na mesma linha, o Sindicato Rural de Campos, em reunião realizada com o comparecimento do presidente do sindicato, José do Amaral, e o presidente da Federação de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, Rodolfo Tavares, houve a criação de um Grupo de Defesa da Propriedade Rural. Para José do Amaral os integrantes do MST “são pessoas que estão disputando poder querendo explorar terras dignas. Nós concordamos com a reforma agrária, mas queremos que seja feita dentro da lei”. Rodolfo Tavares colocou-se contra o MST, “nós não vamos permitir que nossas terras sejam invadidas. Somos contrários ao crime de invasão das terras privadas” (FOLHA DA MANHÃ, 1997h, p. 6).

Em dois movimentos que partiram do jornal em duas publicações seguintes, no dia 20 e 22, Folha da Manhã elaboraria reportagens especiais sobre o MST. Em seu segundo caderno aglutinado à publicação intitulado “Folha 2”, após os sem-terra iniciarem o preparo da terra na ocupação para início do plantio de uma horta comunitária (Folha da Manhã, 1997i, p. 5), a reportagem especial traria em detalhes a vida dos acampados. Apresentando o perfil dos acampados, trouxe relatos de integrantes sobre o acampamento, ressaltando a união, habitações precárias, os sonhos, a alimentação e a esperança de uma nova vida no futuro. Um exemplo foi o caso de Marilza da Silva Tavares, que entrevistada, afirmou: “me tornei Sem Terra. Isto aqui está uma maravilha, agora eu só quero poder trazer meus filhos e meus netos para cá também” (BATISTA, 1997, p. 1).

O segundo movimento foi a exposição de um artigo escrito por Vitor Menezes, editor de política e economia da Folha da Manhã que trabalhava a ideia do MST como uma alternativa econômica para a região norte-fluminense. Observando a ocupação do MST como uma oportunidade para a cidade e região e retomando a fragilidade da monocultura de cana, “em pouco tempo cooperativas de agricultores – atuais excluídos – poderão estar mudando o cenário da produção no campo, gerando divisas para o município, receita para o comércio local, empregos para a população” (MENEZES, 1997b, p. 3).

Por outro lado, em um contexto de anúncio de audiência entre os Sem Terra de Campos e região com o governador Marcelo Alencar (Folha da Manhã, 1997j, p. 5), diferentemente dos outros dois jornais analisados, a publicação do dia 23 traria a “Carta aos Campistas”² em sua capa, escrita por José do Amaral Ribeiro Gomes, presidente do Sindicato Rural de Campos, criticando de forma incisiva a atuação do MST (FOLHA DA MANHÃ, 1997k, p. 6). A publicação do dia 24 estamparia em sua capa uma imagem de José do Amaral com uma chamada para a entrevista realizada com o mesmo nas páginas seguintes afirmando que “a terra ocupada é produtiva”. Descrevendo a chegada do MST como “uma situação apocalíptica na região” e que “o MST está virando a cabeça de muita gente daqui”, José do Amaral Ribeiro Gomes recebeu 8 perguntas da Folha em um espaço de uma página inteira para a entrevista, sendo a última: “então qual a posição oficial do Sindicato Rural sobre o MST diante deste projeto de paz?”, que respondeu:

É o catecismo da lei, é o catecismo do império, das regras de bom viver e das leis de reforma agrária, porque ela está legalmente toda ela instruída. (...) Então aí é feita a avaliação da terra, a indenização para se ter a emissão de posse. Nós não admitimos que uma pessoa chegue e se apodere do que é nosso (FOLHA DA MANHÃ, 1997l, p. 6).

Na publicação de 25 de abril o jornal ressaltaria o início do cadastramento do Incra com os Sem Terra do acampamento, no que mede a cadastrar as famílias, medir a extensão das terras e estudar o solo, que ocorreria dia 28 (FOLHA DA MANHÃ, 1997m, p. 1). O jornal preocupou-se também em aprofundar a discussão da opinião pública sobre o MST, entrevistando e colhendo relatos nesta publicação de vizinhos ao acampamento e da Igreja Católica, em publicação seguinte apresentaria a posição dos usineiros.

Entrevistados em reportagem realizada pelo jornal, para os vizinhos do MST nas 34 casas na localidade de Santana próximo ao acampamento, nas palavras do jornal, “ninguém

² “Em 12 de abril passado o MST invadiu as terras da Usina São João e, estabelecido o primeiro núcleo dessa organização no Norte Fluminense, prepara novas invasões a propriedades rurais de nossa região. Trata-se de manobra tática amplamente conhecida dos manuais de agitação e propaganda da subversão do Estado de Direito Democrático. Alegaram os invasores do MST, na busca de legitimidade, que as terras da Usina São João estão improdutivas. Trata-se de mentira grosseira comprovada através de foto publicada em primeira página no Jornal do Brasil em 18-04-97, que mostra um trator da prefeitura de Campos, cedido ao MST, derrubando um canavial com colheita prevista para a próxima safra. O patrimônio industrial e as lavouras de cana-de-açúcar se constituem em patrimônio da história campista. O MST invade terras produtivas ao arripio da lei, desafia as autoridades constituídas e promove a insegurança social. Com a arrogância própria dos que desconhecem o limite do direito e a certeza da impunidade, seguem em seus objetivos políticos arregimentando desocupados como massa de manobra. À opinião pública se passam como desprotegidos e injustiçados, conquistando a tolerância e simpatia dos que ignoram a violência de sua prática. Os campistas não podem se calar contra essa investida sem precedentes ao direito de propriedade garantido pela lei. Em tempos passados os Assecas foram expulsos á bala de nossa terra. Nos tempos atuais nos resta a ação firme e corajosa da Justiça para evitar um conflito que não interessa a nascente democracia brasileira. Em Campos a terra está democratizada por certa de 14 mil propriedades rurais e, se for apontada alguma propriedade improdutiva, estamos prontos ao debate nos limites legais. Todavia, jamais aceitaremos a violência de falsas lideranças, vividas de longe, cujo único objetivo é o de estabelecer focos de desobediência civil como condição política para a subversão constitucional.”

é contra a ocupação”. Além de outros relatos na reportagem, a dona de casa Valdinéia Domingues sobre a ocupação afirmou ser favorável, “claro que eu concordo. Se não está sendo produtiva tem que ser distribuída. O Brasil precisa de reforma agrária urgente” (FOLHA DA MANHÃ, 1997n, p. 6).

A atuação do MST causava divergência na Igreja Católica de Campos e o jornal buscou entrevistar padres lideranças do catolicismo na cidade com opiniões contrárias. Para o padre Anthony Ithoop, considerado progressista pelo jornal, “o movimento é legítimo e a reforma agrária necessária. Acho que se eles conseguirem plantar e colher, vai ser muito produtivo.” De forma diferente, o padre Fernando Rifan, da ala tradicionalista da Igreja Católica colocando-se “contra a reforma confiscatória que não respeita a propriedade privada”, classificou como ponto negativo “a ideologia do MST, marxista, o ídolo é o revolucionário Ernesto Che Guevara e a mentalidade dos organizadores é socialista e revolucionária” (FOLHA DA MANHÃ, 1997o, p. 6).

Com ponderações diretas com relação a postura do MST, o presidente do Sindicato dos Usineiros de Campos, Geraldo Coutinho, avaliou que considera “invasão”. Inicialmente, condenou o MST, “o que estamos assistindo do MST não tem nada a ver com Reforma Agrária. Eles são bem organizados e têm planejamento eficaz, mas infelizmente usam isso em direção errada”. Reafirmando que foi uma “invasão”, retrucou ao movimento em defesa da classe dominante durante a entrevista: “É uma inversão total de valores. O invasor é o benfeitor e os proprietários são os bandidos” (FOLHA DA MANHÃ, 1997p p. 6).

O mês de abril sobre este tema se encerraria com uma crítica do movimento sobre a não realização da ajuda prometida pelo Incra e Governo do Estado, aguardando a desapropriação da terra. E no dia 30 de abril, em manifestação referente ao dia do trabalhador, o jornal noticiou a marcha realizada em Campos com conjunta organização do MST com o Sindipetro, a Federação dos Estudantes de Campos e o Sindicato dos Trabalhadores da Cedae, contra a privatização da Vale e polifacas do governo FHC (FOLHA DA MANHÃ, 1997q, p. 6).

O jornal A Notícia e a ocupação do MST

Diferentemente do jornal Monitor Campista e do Folha da Manhã, na publicação do jornal A Notícia referente aos dias 13 e 14 de abril, não houve notícia ou coluna sobre a ocupação, que ocorreu no dia 13 de abril. Somente na publicação do dia 15 de abril, observou-se notícia sobre a ocupação do MST na Usina São João. Com a chamada, “Prefeito anuncia ajuda aos sem terra”, o jornal abordou as atividades planejadas pelo prefeito e sua prefeitura como ajuda aos sem terra, trazendo uma foto em reunião com representantes do MST, do vice-prefeito, Arnaldo Vianna, e do prefeito Anthony Garotinho ao centro, como mediador:

Figura 5 – “Representantes dos sem terra participam de reunião com prefeito Garotinho”



Fonte: A Notícia (1997a, p. 1).

Sobre esta reunião, o jornal afirmou que a prefeitura colocou diversos projetos de secretarias como a de Educação, Saúde, Transportes e Agricultura, à disposição das famílias acampadas (A NOTÍCIA, 1997a, p. 1). O auxílio foi anunciado as 18 horas pelo prefeito Anthony Matheus Garotinho logo após o encontro com dirigentes estaduais do MST e representantes dos acampados, como Marina dos Santos e Francisco Lan.

No aprofundamento da notícia no miolo do jornal, afirmou-se que a Usina São João estava com seu parque industrial desativado desde 1995, devido à crise industrial e financeira, e também noticiou a visita ao acampamento do superintendente estadual do INCRA, Fernando Scott. Por outro lado, A Notícia detalhou a partir das palavras de Garotinho como seriam os projetos das secretarias impulsionados pela prefeitura: na saúde ocorreria assistência integral, com médicos, medicamentos e vacinação preventiva, na educação houve a liberação de dois professores para atender as famílias acampadas, um para o CA e outro para ensino da primeira à quarta série e “o pessoal também pede mais linhas de ônibus, uma vez que o acampamento é em local distante e servido por duas empresas: São João e Jacarandá...e auxílio da secretaria de Agricultura” (A NOTÍCIA, 1997b, p. 7), que não foi detalhado.

Além de Garotinho, o jornal trouxe a palavra da representante estadual do MST, Marina dos Santos, que garantiu que as famílias se constituem de ex-trabalhadores da Usina São João, desempregados do município de Campos e de regiões próximas. Sobre a ocupação, Marina calculou que 180 famílias procediam de outros municípios, afirmou que inicialmente “a prioridade no cadastramento que estamos fazendo é para o pessoal que trabalhou para a usina” (Ibidem, 1997b, p. 7). Por fim, o noticiário concluiu que os acampados pretendiam cultivar produtos como aipim, milho, feijão, tomate e outras colheitas de curto e médio prazo.

Na publicação do dia 16 de abril, “A Notícia” trouxe em sua capa uma matéria afirmando “Garotinho defende ocupação de terras do governo para combater desemprego”. Em depoimento colhido, Garotinho defendeu a utilização da fazenda São João e de outras áreas do município de Campos na mesma situação para a realização de assentamentos, como forma de amenizar o desemprego. E também garantiu o apoio ao movimento, desde que não sejam invadidas propriedades produtivas e somente terras de propriedade do governo federal, em seu raciocínio, a ocupação seria “uma forma de forçar a União a acelerar o processo de desapropriação e indenização, nos casos em que for necessário” (A NOTÍCIA, 1997c, p. 1). O jornal concluiu o depoimento reafirmando que a prefeitura apoia as famílias acampadas, fornecendo água potável, assistência médica, professores e transporte.

Das publicações do dia 17 de abril até 21 de abril, as notícias versariam sobre o debate judicial entre a liminar que aprovaria a retirada dos sem-terra e a suspensão da mesma, porém o jornal traria uma ênfase diferente ao tema. Inicialmente, no dia 17, o jornal apresentou a manchete descrevendo o despacho da liminar para desocupar a área, com o juiz ordenando que o 8º Batalhão da Polícia Militar garantisse o fiel cumprimento do mandado e frisando que a aceitação do comportamento dos réus acrescentaria afronta a ordem pública e ao estado de direito. E complementando na capa a discussão, a palavra seria da advogada Maria Ivone Gomes, que informou ao juízo que a Usina São João não se encontrava falida (A NOTÍCIA, 1997d, p. 1).

A Notícia traria aprofundamento dessas afirmações, primeiramente, com breve apresentação da sentença. O Juiz Carlos Araújo fundamentaria sua argumentação buscando garantir o direito de propriedade, rejeitando o comportamento dos réus, citando o artigo 5º, XXII, da Constituição Federal, inferindo que “a invasão” estava “revestida de clandestinidade e violência, esbulho ensejador de reparação, afrontando a ordem pública e o estado de direito” (A NOTÍCIA, 1997e, p. 7). E finalizando a matéria logo após o juiz, o aprofundamento seria acerca da ação de reintegração de posse perpetrada pela advogada Maria Ivone Gomes (Ibidem, 1997e, p. 7).

Nesta mesma página, o jornal trouxe outra notícia envolvendo a questão do MST, sobre a visita do Superintendente do INCRA, Fernando Scott, no SindiPetro para reunião com o vice-prefeito Arnaldo Viana e um dos dirigentes do MST, Francisco Lan, o “Chiquinho”. Analisando a situação e as condições de ocupação, o superintendente informou que não iria tomar decisões sem a palavra final do juiz de que o MST tomaria posse ou não dos 8 mil hectares de terra (A NOTÍCIA, 1997f, p. 7).

A publicação de 18 de abril trouxe em sua capa a posição dos proprietários rurais da região campista sobre o MST. Os proprietários realizaram uma “plenária de emergência” no auditório do Sindicato Rural de Campos, para repudiar a presença do MST. Ainda em sua capa, o jornal exibiria foto com a legenda de que “o policiamento intensivo do 8º B.P M.

garante a tranquilidade na área invadida até a solução final”. A plenária seria também para tomar posição ante a perspectiva de novas ocupações de propriedade. Como afirmou em matéria aprofundada no jornal que colheu depoimento do presidente do Sindicato Rural de Campos, que convocou a plenária, José do Amaral Ribeiro Gomes,

A invasão de terras na região, como ocorreu com as de propriedade da Usina São João, além de extremamente grave, por ferir o direito de propriedade, previsto na Constituição, também trouxe um clima de preocupações para os proprietários rurais de todo o Norte Fluminense. A reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro, e em Campos particularmente, já aconteceu através de um processo natural de transferência por sucessão ou procedimentos comerciais. Neste sentido ela assegura que as propriedades desta região são produtivas (A NOTÍCIA, 1997g, p. 3).

Concluindo este ponto, a reportagem trouxe o depoimento de Rodolfo Tavares, presidente da Federação da Agricultura. Temendo que a região Norte Fluminense se tornasse um “novo Pontal do Paranapanema”, Tavares afirmou que o Governo do Estado do Rio de Janeiro deveria desonerar o presidente FHC, de se pronunciar juridicamente no caso da Usina São João e criar condições para cumprimento da ordem judicial expedida pelo juiz Carlos Araújo (Ibidem, 1997g, p. 3).

Em matéria sobre o MST, o próprio jornal analisava que “mesmo recebendo ordem do Juiz para desocupar a área, os Sem-Terra afirmaram que permanecerão no local pois a maioria é ex-funcionário da usina, e agora querem os seus direitos” (A NOTÍCIA, 1997h, p. 3). Segundo o depoimento colhido de Roberto Xavier, dirigente do MST, os trabalhadores tem cerca de 20 anos de serviço na Usina que por motivo de desativação desde 95, foram mandados embora sem receberem o tempo de trabalho (Ibidem, 1997h, p. 3).

Outro breve depoimento não nomeado na matéria determinado como “afirmou um deles” pelo jornal, concluía que “nós estamos desempregados e precisamos de trabalho para sobreviver” (Ibidem, 1997h, p. 3). O Secretário Municipal de Agricultura, Cláudio Rodrigues, esteve presente no local no dia anterior à publicação e afirmou ao jornal que apoia o movimento, “porque o nosso país realmente necessita de uma efetiva reforma agrária” (Ibidem, 1997h, p. 3). Entre os projetos iniciais, “A Notícia” comentou que Rodrigues enviou um trator para limpar a área ocupada e entregou sementes de verdura para o cultivo de hortas. Concluindo a reportagem, a Polícia Militar estaria aguardando apenas a decisão do Governador para realizar o despejo, diversas guarnições estavam fazendo rondas no local e uma viatura estaria impedindo a entrada de ocupantes.

No dia 19 de abril, na capa foi estampada uma matéria onde a Juíza da 2ª Câmara Cível Marly Macedônio França perpetrou despacho suspendendo temporariamente a decisão anterior do Juiz Carlos Azeredo de Araújo. Além disto, o jornal trouxe uma foto da visita do prefeito Anthony Garotinho (PDT) e do vice-prefeito, Arnaldo Viana (PDT) na ocupação (A NOTÍCIA, 1997i, p. 1):

Figura 6 –“O prefeito Anthony Garotinho e o vice Arnaldo Viana visitaram ontem o acampamento dos sem terra na Usina São João”.



Fonte: A Notícia (1997i, p. 1).

Ainda na capa desta publicação, o jornal compilou as conclusões da “plenária de emergência” realizada pelos produtores rurais da região. Na discussão de repúdio ao MST, houve a escrita de documento para ser encaminhado ao governador Marcello Alencar, ao secretário estadual de segurança pública, Newton Cerqueira, solicitando providências capazes de impedir uma onda de novas ocorrências dos sem-terra (A NOTÍCIA, 1997j, p. 1). Aprofundando o noticiado, o jornal trouxe grande parte do despacho da juíza, comentando a situação das famílias, em clima de expectativa, apesar da informação de que duas pessoas acampadas haviam sido presas, brevemente comentada na página.

Além deste contexto sobre a liminar e suspensão, “A Notícia” traria duas reportagens que foram também apresentadas no jornal Monitor Campista, sobre a conversa do prefeito com o bispo acerca do MST na publicação de 23 de abril, e a publicação da nota, “Não à invasão”, em sua capa do dia 26. No dia 23, a notícia e descrição da conversa entre prefeito e bispo foi publicada no decorrer do jornal, semelhante ao Monitor, com a concordância entre os dois sobre a realização da reforma agrária no país e o depoimento favorável de Garotinho a que cada família tenha sua terra, em um processo sem volta de assentamento das pessoas. Além disto, reafirmou o trabalho e determinação das Secretarias de Saúde, Promoção Social e Obras com os serviços necessários (A NOTÍCIA, 1997l, p. 7). E sobre a nota intitulada “Não à Invasão” escrita por entidades de proprietários rurais da região, “A Notícia” a publicou por completo em sua capa, sem comentários, assim como no Monitor Campista (A NOTÍCIA, 1997m, p. 1).

Por fim, a última notícia publicada e levantada neste mês de abril sobre o MST no jornal “A Notícia” referiu-se em sua capa do dia 30 de abril a passeata marcada pelo movimento, como manifestação antecipada pela passagem do Dia do Trabalhador. O jornal ouviu o dirigente do MST sobre a organização da manifestação. Paulo César da Silva, que afirmou estar aguardando cestas básicas prometidas pelo governador Marcello Alencar,

explicou que cerca de 700 pessoas seriam participantes na marcha de cerca de 10 km da porta da usina com destino ao centro da cidade,

Nós faremos uma manifestação pacífica, embora procurando chamar a atenção para os problemas que estão sendo enfrentados pela classe trabalhadora em todo o país. Nós estamos tranquilos quanto a permanência das famílias, sobretudo pelo o que o Chefe da Defensoria Pública Geral nos disse durante a visita, ao explicar que não crê em outra possibilidade judicial que não seja pelo assentamento na área comprovadamente improdutivo. A terra está sendo preparada para que sejam plantados milho, feijão e mandioca já a partir da próxima semana (A NOTÍCIA, 1997n, p. 7).

O jornal concluiria a matéria sobre a visita supracitada por Paulo César da Silva. Com o intuito de conhecer o local para futuros procedimentos processuais, o chefe da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, Roberto Vitagliano, em companhia de defensores públicos do município campista, visitaram o acampamento no dia 29 de abril, um dia antes do protesto organizado pelo movimento.

Considerações finais

A análise da cobertura jornalística sobre a ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Usina São João, em abril de 1997, revela aspectos fundamentais tanto para a compreensão dos conflitos agrários no Brasil quanto para a reflexão sobre o papel da imprensa na construção da opinião pública. O tratamento dado pelos jornais "Monitor Campista", "A Notícia" e "Folha da Manhã", com suas diferentes orientações editoriais, expõe a complexidade da questão da reforma agrária e a disputa simbólica travada no espaço midiático. Através de uma abordagem comparativa e da análise do discurso, foi possível identificar como cada veículo de comunicação tratou as demandas do MST, assim como as estratégias discursivas utilizadas para representar o movimento e seus atores.

Por meio desta investigação, fica evidente que a imprensa local desempenhou um papel crucial na mediação entre os acontecimentos no campo e a sociedade urbana, influenciando não só a percepção pública sobre o MST, mas também as relações de poder entre os diferentes atores sociais envolvidos. Enquanto alguns jornais adotaram uma postura mais crítica em relação à ocupação, outros buscaram dar voz ao movimento, destacando as injustiças e a desigualdade no campo, refletindo, assim, as divisões ideológicas e políticas presentes no contexto da década de 1990.

Esse episódio, além de ser um marco na história das lutas sociais no Brasil, demonstra como os meios de comunicação podem influenciar a forma como certos eventos são lembrados e compreendidos pelas gerações futuras. A análise da cobertura jornalística sobre a ocupação da Usina São João contribui para uma reflexão mais ampla sobre a função social

da imprensa, sua capacidade de formar opiniões e a responsabilidade ética de representar diferentes lados de um conflito.

É fundamental ressaltar que os episódios analisados aqui fazem parte de uma dinâmica mais ampla de lutas sociais e movimentos de resistência, que continuam a se manifestar em diversas formas ao longo da história do Brasil. A cobertura midiática, como observamos, tem o poder de reforçar ou questionar as narrativas dominantes, sendo essencial que, ao tratar de temas tão sensíveis como a reforma agrária, a imprensa se comprometa com a pluralidade de vozes e a honestidade na busca pela verdade. O desafio de uma imprensa que, em sua diversidade, consiga mediar os conflitos sem se tornar um campo de batalha ideológica, permanece vigente e é um aspecto central para o fortalecimento da democracia e da justiça social no país.

Referências

ALENTEJANO, Paulo. O Norte Fluminense, a luta pela terra e a política de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro. In: PEDLOWSKI, Marcos.; OLIVEIRA, Julio Cezar.; KURY, Karla Aguiar. (Orgs.) **Desconstruindo o latifúndio: A saga da reforma agrária no Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Apicuri, p.19-57, 2011.

A NOTÍCIA. **Garotinho defende ocupação de terras do governo para combater desemprego**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.408, 16 abr. 1997c.

A NOTÍCIA. **Invasores de área na usina ainda não deixaram o local**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.410, 18 abr. 1997h.

A NOTÍCIA. **Juiz determina a desocupação de área invadida pelos sem terra**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.409, 17 abr. 1997d.

A NOTÍCIA. **Juiz determina a retirada dos sem terra**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.409, 17 abr. 1997e.

A NOTÍCIA. **Juíza suspende liminar para retirada dos sem terra**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.411, 19 abr. 1997k.

A NOTÍCIA. **Não à invasão**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.417, 26 abr. 1997m.

A NOTÍCIA. **Prefeito anuncia ajuda aos sem terra**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.407, 15 abr. 1997a.

A NOTÍCIA. **Prefeitura amplia projetos para sem terra**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.407, 15 abr. 1997b.

A NOTÍCIA. **Prefeito conversa com bispo sobre MST**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.414, 23 abr. 1997l.

A NOTÍCIA. **Produtores rurais debatem hoje as invasões**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.410, 18 abr. 1997g.

A NOTÍCIA. **Produtores rurais não admitem novas invasões**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.411, 19 abr. 1997j.

A NOTÍCIA. **Retirada dos sem terra é suspensa.** Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.411, 19 abr. 1997i.

A NOTÍCIA. **Sem terra promovem manifestação hoje.** Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.420, 30 abr. 1997n.

A NOTÍCIA. **Superintendente do INCRA faz reunião e visita área.** Campos dos Goytacazes (RJ): n. 25.409, 17 abr. 1997f.

ARRUDA, João; FLORENCIO, Rodrigo. **MST promete mais invasões.** Folha da Manhã, Campos dos Goytacazes (RJ): n. 080, 15 abr. 1997b.

ARRUDA, João. **Liminar cai e MST festeja.** Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 084, 19 abr. 1997.

BATISTA, Dora. **A luta solidária para lavrar a terra.** Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 085, 20 abr. 1997b.

BATISTA, Dora. **Sem Terra invadem a Escola Técnica.** Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 077, 11 abr. 1997a.

FEBVRE, Lucien. **A história e as ciências humanas.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.

FEYDIT, Julio. **Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes: desde os tempos coloniais até a proclamação da República.** Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

FILHO, Andral Tavares. **Folha 40 anos — Andral Tavares Filho.** Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes (RJ): 7 jan, 2018. Disponível em:
<https://opinioes.folha1.com.br/2018/01/07/folha-40-anos-andral-tavares-filho/>

FLORENCIO, Rodrigo. **MST ocupa áreas da Usina São João.** Folha da Manhã, Campos dos Goytacazes (RJ): n. 079, 13 abr. 1997a.

FOLHA DA MANHÃ. **Carta aos Campistas.** Campos dos Goytacazes (RJ): n. 087, 23 abr. 1997k.

FOLHA DA MANHÃ. **Folha da Manhã completa 42 anos de história.** Campos dos Goytacazes (RJ). 7 Jan, 2020. Disponível em:
https://www.folha1.com.br/conteudo/2020/01/cultura_e_lazer/1256552-folha-da-manha-completa-42-anos-de-historia.html

FOLHA DA MANHÃ. **Igreja diverge sobre as atuações do MST.** Campos dos Goytacazes (RJ): n. 089, n, 25 abr. 1997o.

FOLHA DA MANHÃ. **Incra vem cadastrar os Sem Terra.** Campos dos Goytacazes (RJ): n. 089, 25 abr. 1997m.

FOLHA DA MANHÃ. **Liminar de reintegração contra o MST.** Campos dos Goytacazes (RJ): n. 082, 17 abr. 1997e.

FOLHA DA MANHÃ. **Matheus faz promessas aos sem-terra.** Campos dos Goytacazes (RJ): n. 080, 15 abr. 1997c.

FOLHA DA MANHÃ. **MST discute reintegração na São João**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 081, 16 abr. 1997d.

FOLHA DA MANHÃ. **MST invade terras em Campos**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 079, 13 abr. 1997a.

FOLHA DA MANHÃ. **Sem terra começam o cultivo da terra**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 085, 20 abr. 1997i.

FOLHA DA MANHÃ. **Sem terra se reúnem com Marcello**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 087, 23 abr. 1997j.

FOLHA DA MANHÃ. **Sindicatos e sem terra protestam hoje**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 094, 30 abr. 1997k.

FOLHA DA MANHÃ. **Reintegração de posse é suspensa**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 084, 19 abr. 1997f.

FOLHA DA MANHÃ. **Ruralistas criticam o MST em Campos**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 088, 24 abr. 1997l.

FOLHA DA MANHÃ. **Ruralistas em defesa de suas propriedades**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 084, 19 abr. 1997h.

FOLHA DA MANHÃ. **Vizinhos apoiam os Sem Terra**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 089, 25 abr. 1997n.

FOLHA DA MANHÃ. **Usina é produtiva, diz Rafael Martins**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 084, 19 abr. 1997g.

FOLHA DA MANHÃ. **Usineiros tem posição sobre o MST**. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 091, 27 abr. 1997p.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

LEWIN, Helena. (org.) **Uma nova abordagem da questão da terra no Brasil: o caso do MST em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2005. p.119.

SOARES, Orávio de Campos. A imprensa na Velha Província 170 anos do “Monitor Campista”. O terceiro jornal mais antigo do país e a morte misteriosa do jornalista Francisco Alypio. **Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico**, vol. IV, p.167-177, 2005.
<https://opinioes.folha1.com.br/2018/01/07/folha-40-anos-andral-tavares-filho/>

MENEZES, Vitor. **Sem Terra faz exposição em Campos**. Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 069, 3 abr. 1997a.

MENEZES, Vitor. **MST uma alternativa para a região**. Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes (RJ): n. 085, 20 abr. 1997b.

MONITOR CAMPISTA. **Incra pode desapropriar a área**. Campos dos Goytacazes (RJ): n.89, 19 Abr, 1997m. p. 3.

MONITOR CAMPISTA. **Juiz manda sem-terra desocupar fazenda da Usina São João.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.87, 17 Abr, 1997f. p. 1.

MONITOR CAMPISTA. **Juiz mantém decisão de retirar famílias de terras ocupadas.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.88, 18 Abr, 1997h. p. 1.

MONITOR CAMPISTA. **Juiz mantém decisão de tirar sem-terra da Usina São João.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.88, 18 Abr, 1997i. p. 3.

MONITOR CAMPISTA. **Juiza garante ocupação dos sem-terra.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.89, 19 Abr, 1997l. p. 3.

MONITOR CAMPISTA. **Juiza suspende liminar e beneficia sem-terra.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.89, 19 Abr, 1997j. p. 1.

MONITOR CAMPISTA. **Ocupação de sem-terra na Usina São João.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.84, 13 e 14 Abr, 1997b. p. 4.

MONITOR CAMPISTA. **Ocupação já tem 530 famílias de sem-terra no município.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.85, 15 Abr, 1997c. p. 1.

MONITOR CAMPISTA. **Ocupação já tem 530 famílias de sem-terra no município.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.85, 15 Abr, 1997d. p. 4.

MONITOR CAMPISTA. **Não à Ocupação.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.94, 26 Abr, 1997. p.1.

MONITOR CAMPISTA. **Posição do INCRA.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.87, 17 Abr, 1997g. p. 3.

MONITOR CAMPISTA. **Prefeito conversa com bispo sobre os MST.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.90, 23 Abr, 1997q. p. 9.

MONITOR CAMPISTA. **Sem-Terra pedem a Marcelo apoio para desapropriação.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.91, 23 Abr, 1997p. p. 1.

MONITOR CAMPISTA. **Sem Terras ocupam área da Usina São João.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.84, 13 e 14 Abr, 1997a. p. 4.

MONITOR CAMPISTA. **Sem-terra pedem ajuda e Garotinho atenderá com projetos de seu Governo.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.85, 15 Abr, 1997e. p. 5.

MONITOR CAMPISTA. **Sem-Terra recebem trator da PMC e começam a plantar.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.90, 20 e 21 Abr, 1997n. p. 1.

MONITOR CAMPISTA. **Sem-Terra terão saúde.** Campos dos Goytacazes (RJ): n.90, 20 e 21 Abr, 1997o. p. 3.

NORA, Pierre. **Os lugares de memória.** São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1993.

NOTAS

* **Roberto Medeiros da Costa Junior**

Mestre em História

E-mail: robertomedeiros@edu.unirio.br

<https://orcid.org/0000-0002-7343-1595>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto

HISTÓRICO

Recebido em: 17-02-2025 – Aprovado em: 18-11-2025 – Publicado em: 31-12-2025